



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2014.0000289726

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0027575-55.2010.8.26.0576, da Comarca de São José do Rio Preto, em que são apelantes MARIA HELENA BATISTA MACHADO (JUSTIÇA GRATUITA), ANDERSON DONIZETI MACHADO (JUSTIÇA GRATUITA) e ANA PAULA MACHADO SACCHETIN (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados FERNANDA CRISTINA PASTORELLI e ISABELA RAMIRES ANDREOLI.

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "ANULARAM A SENTENÇA DE OFÍCIO. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA (Presidente sem voto), ARANTES THEODORO E PEDRO BACCARAT.

São Paulo, 15 de maio de 2014.

Jayme Queiroz Lopes
Assinatura Eletrônica

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª. CÂMARA

APELAÇÃO SEM REVISÃO N.º 0027575-55.2010.8.26.0576

APELANTES: Maria Helena Batista Machado e outros

APELADAS: Isabela Ramires Andreoli; Fernanda Cristina Pastorelli

COMARCA: São José do Rio Preto – 6ª V. Judicial (Proc. n.º 576.01.2010.027575-7)

Voto n.º 17898

EMENTA:

ACIDENTE DE TRÂNSITO – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM RAZÃO DA MORTE DO ESPOSO E PAI DOS AUTORES – PARECER TÉCNICO ELABORADO POR PERITO APOSENTADO TRAZIDO COM A DEFESA DA RÉ, QUE ALEGA A OCORRÊNCIA DE FALHAS E DIVERGÊNCIAS NO LAUDO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA ELABORADO POR OCASIÃO DO ACIDENTE - QUESTÃO QUE DEVE SER MELHOR ESCLARECIDA, COM A POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE PROVA ORAL PELAS PARTES – EXISTÊNCIA DE PROCESSO CRIMINAL PARA APURAÇÃO DE HOMICÍDIO SIMPLES – NECESSIDADE DA VINDA DE CÓPIA DAS SUAS PRINCIPAIS PEÇAS –SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO.

Sentença anulada de ofício.

Trata-se de apelação interposta contra a sentença de fls. 218/219, que julgou improcedente ação de indenização.

Alegam os autores, em síntese, que foi apurado no laudo pericial que a condutora ré deu causa ao acidente, uma vez que adentrou na contramão de direção; que o croqui

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

anexado ao laudo aponta que a colisão se deu na via por onde transitava o marido e pai dos autores; que o magistrado não deu interpretação correta às provas produzidas; que a foto de fls. 41/42 demonstra que a colisão foi frontal; que a sentença deve ser reformada.

Recurso tempestivo e respondido (fls. 230/234).

É o relatório.

O marido e pai dos autores era conduzido como passageiro no veículo Corsa, o qual, em rodovia, colidiu com o veículo Ford Ka, de propriedade da segunda requerida e conduzido pela primeira demandada.

O laudo do Instituto de Criminalística observou que a rodovia João Neves, no trecho examinado, sentido Cedral-Potirendaba, desenvolve-se em reta e em aclive, precedido de curva aberta à direita, tendo destacado que:

"De tudo o que foi dado a ser observado "in loco", dos exames e do acima exposto, os signatários são levados a inferir que seguia o automóvel GM Corsa de placas CWV-6884, pela Rodovia João Neves, em sua mão de direção e no sentido Potirendaba-Cedral, enquanto que trafegava o automóvel Ford Ka de placas CFU-6061, pela mesma rodovia, no sentido contrário (Cedral-Potirendaba), quando ao atingirem as imediações do quilômetro 04+300 metros, por motivos alheios à perícia, o veículo Ford Ka derivou à esquerda, adentrando a faixa contrária, vindo a colidir contra o veículo GM Corsa, que na iminência do embate derivou à esquerda em

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

manobra de desvio.

Após o embate o veículo Corsa prosseguiu em trajetória em deflexão à esquerda, enquanto que o veículo Ka foi impulsionado, em giro, no sentido contrário, permanecendo junto à região do impacto.

O local e os veículos foram encontrados pela perícia conforme o representado no croqui e mostrado nas fotografias em anexos." (fls. 32/33)

A corré Fernanda, condutora do veículo Ford Ka, contestou o feito, aduzindo que a culpa para o evento era do motorista do Corsa, trazendo com a defesa parecer técnico elaborado por perito aposentado, o qual aponta falhas e divergências no laudo do Instituto de Criminalística.

Após réplica, foi proferida sentença, dela constando que:

"O acidente ocorreu em rodovia de pista simples, certo que o veículo em que seguia o esposo e pai dos autores realizava curva a esquerda, em descida, ao passo que aquele conduzido pela requerida fazia uma curva a direita, em uma subida, certo que ambos se chocaram, o da autora girando sobre seu próprio eixo, vindo a parar no sentido contrário àquele em que seguia originariamente, anotando o laudo da polícia científica que o choque teria ocorrido entre a parte frontal de seu veículo, um Ford Ka, e a lateral direita do outro, um Corsa.

Pois bem, para mim, assim como para o assistente técnico da ré, parece inviável afirmar-se, com certeza, como o fez o perito da polícia científica que esteve presente no local, elaborando o laudo que instrui a inicial, que o veículo da

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

autora tenha invadido a contra mão, dando causa ao acidente. É que a curva que ela realizava era para a direita, certo que, ainda que se imagine que a ré tenha dormido ou se distraído, seguiria em linha reta, e, então, teria atingido o veículo Corsa ou pela frente ou pela lateral esquerda dele, nunca pela direita, como indica o laudo produzido.

O choque pelo lado direito do veículo Corsa, que teria chegado a deixar gravadas as letras da placa do Ford Ka no canto direito de seu pára-choque dianteiro, como afirmado às fls. 42, na legenda da fotografia ali reproduzida em preto e branco – que, diga-se, não permite tal visualização – indica que o Corsa tinha praticamente atravessado a pista da rodovia, chamando a atenção, ainda, o fato de que, tivesse o choque ocorrido no ponto indicado às fls. 34, com giro do Ford Ka sobre seu eixo, como se explicaria o fato dele ter permanecido imobilizado exatamente sobre a faixa que divide as pistas...e não no local da colisão, ou mesmo mais a esquerda dele um pouco, já que estaria seguindo em diagonal à esquerda, para ter invadido a faixa contrária...

O exame dos autos, assim, comparadas as considerações feitas pelo perito oficial e pelo assistente técnico da ré, autoriza que se imagine quer que ela tenha invadido completamente a faixa contrária, dando causa ao choque – mas aí fica sem explicação o ponto em que permaneceu parado seu veículo, como referido acima já – quer que o veículo em que seguia a vítima fatal tenha invadido a pista da autora, atravessando sua frente, chocando-se com ele e imobilizando-se à direita da pista, considerando o sentido em que seguia a requerida, cujo carro, girando sobre o próprio eixo, imobilizou-se sobre a faixa que divide ambas as pistas.

Assim, inviável afirmar-se de quem teria sido a culpa pelo evento, impondo-se, por isso, o julgamento pela improcedência da presente ação, nos termos e para os fins acima definidos." (fls. 218 vº/219)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Da análise dos autos, entendo que a questão deve vir melhor esclarecida, possibilitando às partes a produção da prova oral, até porque se encontra em trâmite, perante a 5ª Vara Criminal do Foro da Comarca de São José do Rio Preto, demanda que apura homicídio simples, na qual figura como ré a aqui demandada e apelada (Processo nº 0029077-29.2010.8.26.0576).

Em sendo assim, de ofício, anulo a sentença, para o fim de ser reaberta a instrução probatória, devendo ser trazido para este feito cópia simples das principais peças do processo crime.

Ante o exposto, anulo a sentença.

Jayme Queiroz Lopes
Relator